Aculturação e des-subjetivação simbólica: o discurso da violência no jornal indígena AJINdo, de Dourados-MS

Rita de Cássia Aparecida Pacheco Limberti[1]

Resumo: Neste artigo analisa-se o discurso da violência no jornal *AJINdo*, primeiro jornal escrito por indígenas de Dourados, MS. O aparato teórico compreende estudos da Análise de Discurso Francesa (PÊCHEUX (1969), que dão suporte à análise das práticas discursivas contidas nas edições on-line (16ª a 19ª) do jornal. Como resultado, procuraremos compreender as condições de produção, o contexto social, histórico e ideológico e o funcionamento do discurso a respeito da "violência" na publicação.

Palavras-chave: Discurso. Violência. Análise do Discurso Francesa.

Mato Grosso do Sul, contexto de produção de nosso objeto de análise, caracteriza-se por ser um estado bastante heterogêneo, sobretudo em seus limites fronteiriços, por abrigar populações indígenas, imigrantes e migrantes de diversas regiões. Essa heterogeneidade revela-se como sendo geográfica, étnica, identitária, enunciativa, cultural e política, de modo a tornar comum, para os cidadãos sul-mato-grossenses, conviver com os diferentes tipos de discursos que permeiam as relações sociais na região.

Acerca do limite fronteiriço do estado, deparamo-nos

[1] Graduada em Letras, mestrado (1998) e doutorado (2003) em Linguística - Semiótica e Linguística Geral pela Universidade de São Paulo. E-mail: limberti@hotmail.com.

Revista Língua & Literatura	Fredererico Westphalen	v. 15	n. 25	p. 241 - 265	Recebido em: 31 maio 2013. Aprovado em: 06 set. 2013.

imersos em um contexto sócio-histórico composto por diferenças culturais, étnicas, políticas, etc. bastante acentuadas, as quais se fazem sentir nas práticas discursivas que circulam pelas sociedades indígenas, especialmente as materializadas no jornal *AJIndo*[2].

A partir desse contexto social e histórico, lemos e ouvimos discursos que traduzem a relação indígena atual com o não-índio como sendo uma relação complexa, de grande conflito e violência física e/ou simbólica. O jornal *AJIndo*, veículo de transmissão e de informação da comunidade indígena, sobretudo de seus membros jovens, constitui-se suporte privilegiado desses discursos (do conflito, da violência e, principalmente, da resistência).

Pensamos, com isso, que o jornal *AJIndo* já integra, ao constituir-se, espaço irrisório em relação à mídia nacional – radiofônica, televisiva, eletrônica, impressa – por validar institucionalmente uma prática discursiva estranha à da "grande mídia". Observamos, ao longo de nossas reflexões, que ele legitima práticas sociais de sujeitos, até então, pertencentes ao outro lado da linha, que lutam e resistem à prática discursiva da dita sociedade nacional (não-índia), ou seja, legitima o dia-a-dia do índio, discursivisado no jornal, acerca de temas caros à sua cultura.

A mídia - impressa, visual, radiofônica e eletrônica – constitui fonte inesgotável de produção discursiva (e obviamente de sentidos), sob a forma de materialidades linguísticas e imagéticas, definindo posições-sujeito sociais, históricas, culturais, econômicas e étnicas dos indivíduos em relação ao seu grupo social, como também em relação aos outros grupos. Sob essa perspectiva, pode-se considerar que o jornal *AJIndo* integra a grande mídia do país, sobretudo no estado, materializando práticas sociais, discursivas e ideológicas do índio.

Com isso, ao tomarmos o jornal *AJIndo* e construirmos o *corpus* de análise, penetramos no processo discursivo da mídia. No levantamento bibliográfico que realizamos, procuramos mapear as menções, em torno do *corpus* analisado, 16ª à 19ª edições, as quais constituem parte de um vasto conjunto de *corpora,* ou

[2] De circulação local e publicação mensal, impresso e on-line, o jornal *AJIndo* é material produzido pela AJI – Ação de Jovens Indígenas de Dourados, MS. De formato simples (tabloide), o jornal não é organizado por cadernos (policial, cultural, social, política, esporte), ou seja, não há seções destacadas que diferenciam notícia, reportagem e matéria, tampouco segue uma estruturação para diferenciar os gêneros textuais que o constituem. Ele define-se em ser um veículo de difusão e transmissão de informações que versam sobre o dia-a-dia da RID – Reserva Indígena de Dourados.

seja, as diferentes formas de apresentação, materialidade linguística-imagética, do discurso da violência.

O jornal *AJIndo* é um suporte que possibilita investigarmos como se constroem, no interior de comunidades indígenas de Dourados, as práticas discursivas que determinam "o que pode e o que deve ser dito" (PÊCHEUX, 1997, p. 160) acerca do tema violência, o qual tem ocupado as manchetes da mídia local e nacional, em especial as do próprio jornal.

Para isso, mobilizaremos ferramentas conceituais da AD Francesa para refletirmos a partir de um lugar epistemológico que problematize o sentido, o discurso e a história, não os vendo, respectivamente, como imanente, homogêneo e linear, mas sim como rupturas, irrupções e descontinuidades. A análise é o lugar onde teoria e prática estão em constante relação. Por sua vez, "a Análise do Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática [...]. Ela trata do discurso" (ORLANDI, 2009, p. 15).

A AD é um campo disciplinar de interpretação que nasce da problematização de conceitos como língua, história, ideologia, sujeito e etc., fundamentais à Linguística, à História e à Psicanálise. Seu interesse é o de questionar a Linguística, História e Psicanálise, considerando que o sentido não está na palavra, que o sujeito não é dono e consciente do diz e que a história pode ser contada de diferentes formas, ou seja, que não há apenas um sentido, e sim há efeitos de sentido. A esse respeito apresentamos a seguinte citação:

> Há, aí, um deslocamento, a partir do qual não é mais possível pensar na transmissão de informação entre interlocutores. Pensar nesses termos conduz a uma concepção de sentido prévio, estabilizado, verdadeiro, único, sem lugar para a ambiguidade, para o desvio e o mal-entendido. Isso é recusado pela Análise do Discurso. Nesse quadro teórico, postula-se que o sentido sempre pode ser outro, e isto está na dependência do lugar que os interlocutores se inscrevem. Ou seja, nada garante que um discurso produza o mesmo sentido tanto para quem o formulou como para quem o interpretou. (INDURSKY, 2007, p. 12)

O que se nota é que a AD quer compreender a produção de sentidos não estabilizados, do ponto de vista social e histórico

da linguagem, mesmo que para isso tenha que mobilizar conhecimentos outros. Podemos dizer que a AD, com isso, "é um campo de pesquisa cujo objetivo é compreender a produção social de sentidos, realizada por sujeitos históricos, por meio da materialidade das linguagens" (GREGOLIN, 2007, p. 11). Lidando, portanto, com várias ciências, é que a AD se constitui como uma disciplina de entremeio, pois não só mobiliza os conceitos de outros campos disciplinares, como os faz replicar ao questionar seu *status* científico, social, político, religioso.

Isso considerado, para um analista do discurso o ato de produzir e de ler textos nunca é plenamente livre; o autor e o leitor não são senhores plenamente conscientes do que dizem. A língua possui autonomia relativa[3]: processos discursivos realizam-se nela como um lugar material. A AD considera, em síntese, que a língua não é transparente, muito menos que os sentidos são dados *a priori*; são construídos historicamente. Segundo Góis:

> Em AD, quando um analista se propõe a ler um texto, não está interessado necessariamente em saber "o que o autor quis dizer com", e sim "como este texto significa". Quer compreender como, de que forma um determinado texto circula; circula onde; a quem se dirige; de que forma é lido; por que dessa forma e não de outra; e assim por diante. O resultado final esperado por um analista nunca é só a interpretação de um texto, deseja-se compreendê-lo [...]. (GÓIS, 2009, p. 02)

Ao percorrermos a historicidade dos sentidos que permeiam os discursos da violência no jornal *AJIndo* e ao nos fundamentarmos teoricamente na AD francesa, também o fazemos segundo a perspectiva foucaultiana, onde "o discurso é tomado como uma prática social, historicamente determinada, que constitui os sujeitos e os objetos" (GREGOLIN, 2007, p. 13). Em

[3] "A noção de autonomia relativa da língua caracteriza a independência de um nível de funcionamento do discurso em relação às formações ideológicas que aí se encontram articuladas, nível de funcionamento relativamente autônomo cuja teoria é feita pela linguística. O conceito que permite pensar esse nível de funcionamento é o de língua. A autonomia é relativa porque, na produção e na interpretação do que se chama "sequências discursivas", isto é, dos discursos concretos, as fronteiras entre o que separa o que releva da autonomia relativa da língua e o que releva da determinação desses discursos "concretos" por formações discursivas [...] não pode ser definido a priori. Em outros termos, afirmamos que todo o discurso "concreto" é duplamente determinado: de uma parte, pelas formações ideológicas que relacionam esse discurso a formações discursivas definidas, de outra parte, pela autonomia relativa da língua; mas afirmamos que não é possível traçar a priori uma linha de demarcação entre o que releva de uma e de outra dessas determinações". (HENRY, 1975, p. 94 apud POSSENTI). Disponível em:
<https://www.celsul.org.br/Encontros/06/Mesas%2520Redondas/02.pdf>. Acesso em: 30 maio 2012.

síntese, com base nos estudos da AD francesa e reflexões a partir dos estudos das Ciências Sociais, procuraremos compreender o funcionamento do discurso da violência no jornal *AJIndo*.

No dicionário da Língua Portuguesa - *Minidicionário Antonio Olinto da Língua Portuguesa* - é possível encontrar as seguintes definições para violência: "*s. f.* 1. Estado daquilo que é violento; 2. Ato violento; 3. Ato de violentar; 4. Veemência; 5. Irascibilidade; 6. Abuso da força; 7. Tirania; opressão; 8. Constrangimento exercido sobre alguma pessoa para obrigá-la a fazer um ato qualquer; coação." (ROCHA, 2005, p. 594). Percebemos, pela leitura, oito definições para o termo "violência". Nosso objetivo é tentar "desnaturalizar" esta forma de cristalizar os sentidos. Dito de outro modo, esperamos também mostrar que o conceito de "violência" extrapola as definições dicionarizadas.

Se o discurso da violência é definido a cada prática real do sujeito social, pensamos, então, que cada sociedade tem seu modo de ver e de conceber a violência. Dizemos, com isso, que o discurso da violência carrega consigo outras faces: da violência política, cultural, étnica, institucional, entre outras.

Para discutir um pouco mais o conceito de violência, tomemos o poema *Sobre A violência,* de Bertolt Brecht:

"Sobre A Violência"

A corrente impetuosa é chamada de violenta
Mas o leito do rio que a contém
Ninguém chama de violento.
A tempestade que faz dobrar as bétulas
É tida como violenta
E a tempestade que faz dobrar
Os dorsos dos operários na rua?"
(BRECHT, 2003, p. 94)

De modo artístico, no poema, a expressão das questões ideológicas na literatura se materializa na amplitude da significação. O discurso da violência ganha forma e sentido a partir de um *eu-lírico* que sofre com a relação saber-poder que cinge seu contexto sócio-histórico, ou melhor, suas práticas sociais e discursivas. Sob

várias formas - política, social, econômica, física, psicológica-, o discurso da violência se define, esteticamente, pela contradição homem - natureza determinada por questões sociais, culturais, políticas, históricas e ideológicas, latentes no indivíduo.

A partir da breve leitura do poema *Sobre a violência*, pensamos a prática discursiva da violência como constitutiva das práticas sociais do homem em seu tempo, isto é, representando o funcionamento da "violência". Sob as mais variadas materialidades, ela assume diversas roupagens: violência urbana, doméstica; violência contra a mulher, contra o negro, contra o índio; no trânsito; na escola; na cidade; violência física, simbólica e psicológica; homofobia; *bullying*; consumo e tráfico de drogas; prática de assalto, de roubo, de sequestro, de extorsão, de estelionato; etc. O que se observa é que, em várias matérias, parece que a "violência" está tão arraigada nas práticas discursivas que ela é utilizada como se seu sentido já-estivesse-lá. Apresentamos, a título de ilustração, uma breve busca no Google, usando a frase "drogas e violências andam juntas" (e mesmo o inverso: "violências e drogas andam juntas"). Esse site de buscas não nos reportou a nenhum resultado. No entanto, ao retirarmos o plural de "violências", houve um retorno de 32 (trinta e duas) ocorrências[4]. Isso pode significar que o termo "violência" está sendo mobilizado pelos usuários da língua de modo genérico. Queremos aprofundar, na análise dos dados, essa discussão.

Ao percorrermos, numa primeira leitura, as edições do jornal *AJIndo*, nosso desejo primeiro foi ter contato com a materialidade reunida. Fizemos uma leitura subjetiva, buscando nas chamadas editoriais e/ou imagens algo que nos despertasse a atenção e nos provocasse a curiosidade a ponto de lermos o artigo na íntegra. Qualquer que fosse o gênero textual, o que nos tocou desde as primeiras páginas foi a constante presença do tema "violência" no jornal, seja ela de forma explícita ou implícita aos fatos discursivizados.

Para ilustrar, trazemos duas materialidades (linguística/imagética) que tratam da violência. Na primeira, *Sobre a violência*, chamada do artigo, Rosivânia Espíndola[5] faz uma exposição

[4] Pesquisa realizada em 29 de setembro de 2012. Site: <www.google.com.br>.

[5] ESPÍNDOLA, Rosivânia. Sobre a violência. JORNAL AJINDO, Dourados-MS, n. 16, maio/jun. 2009. p. 10. Disponível em: <http://www.jovensindigenas.org.br/jornal-ajindo/16-edicao>.

da dimensão da violência numa das aldeias de Dourados. Aborda, no pequeno texto, questões gerais que direta ou indiretamente estão ligadas ao tema abordado: família, estudo, segurança, etc.... Nilcimar Morales[6] discute, no artigo *Falta de cuidado*, problemas relacionados à Escola Municipal Indígena "Lacui Roque Isnard", localizada na Aldeia Bororó de Dourados. Pela perspectiva dos indígenas, a falta de infraestrutura nas aldeias – e a escola parece ocupar um lugar de destaque – contribui para o aumento da violência. Muito embora, naquele artigo do jornal não tenha sido usado uma única vez o termo "violência", apontar problemas de ordem estrutural nas escolas é usado como argumento para reivindicar melhorias, justificando também os discursos sobre a violência. Em outros termos, se o jovem não está na escola, está na violência. Esta parece ser a lógica assumida por Tânia Porto, quando assina o texto *A violência nas escolas* [7], nesta mesma edição.

Mesmo narrando práticas sociais diferentes, os artigos parecem mobilizar um único discurso temático – a violência.

O que propomos, diante de textos como estes, é problematizarmos a "violência" presente no *AJIndo*. Para compreendermos um pouco do funcionamento do discurso da violência, segundo o pensamento ocidental, observemos a seguinte citação:

> A violência, no mundo de hoje, parece tão entranhada em nosso dia a dia que pensar e agir em função dela deixou de ser um ato circunstancial, para se transformar numa forma do modo de ver e viver o mundo do homem. [...] Contudo, quando falo de violência, ou quando nós falamos ou nos preocupamos com a violência, sua primeira imagem, sua face mais imediata e sensível, é a que se exprime pela agressão. Agressão física que atinge diretamente o homem tanto naquilo que possui, seu corpo, seus bens, quanto naquilo que mais ama, seus amigos sua família. (ODALIA, 2006, p. 09).

Odália nos conduz a inferir que o discurso da violência

Acesso em: 10 jun. 2010.

[6] MORALES, Nilcimar. Falta de cuidado. JORNAL AJINDO, Dourados-MS, n. 17, set/out. 2009. p. 06. Disponível em: <http://www.jovensindigenas.org.br/jornal-ajindo/17-edicao>. Acesso em: 10 jun. 2010.

[7] PORTO, Tânia. A violência nas escolas. JORNAL AJINDO, Dourados-MS, n. 17, p. 09, set/out. 2009. Disponível em: <http://www.jovensindigenas.org.br/jornal-ajindo/17-edicao>. Acesso em: 10 jun. 2010.

é incondicionalmente parte integrante, direta ou indiretamente, das relações sociais entre sujeitos, no contexto sócio-histórico em que vivemos.

Voltando à noção-conceito de violência, se o sujeito é um ser socialmente construído e a violência é constitutiva da relação social entre sujeitos, então o discurso da violência se faz prática social entre sujeitos históricos em meio a constantes relações de poder e resistência. Em outros termos, "toda violência é social" (ODALIA, 2006, p. 37), assumindo formas diversas, presentes nas práticas sociais diárias do sujeito.

O sentido dos termos muda conforme mudam os sujeitos e os momentos históricos de produção discursiva. Cada momento histórico concebe, portanto, a "violência" sob uma determinada perspectiva. Nos dias atuais, o discurso da "violência" não é o mesmo para um juiz ou para um padre, não produz os mesmos efeitos se dito num tribunal ou numa igreja. Por isso, defendemos que só há construção de sentido a partir da condição sócio-histórica de produção do discurso, sobretudo das relações de saber/poder que determinam um discurso e não outro.

Retomemos aos artigos *Sobre a violência*" e *Falta de cuidado*. Sob a materialidade dos enunciados, refletimos sobre o jogo de regularização, "que se apoia necessariamente sobre o reconhecimento do que é repetido por recorrência, quer dizer, por repetição literal dessa identidade material (PÊCHEUX, 2010, p. 53)", e desregularização, "o acontecimento discursivo que pode desmanchar essa regularização e produzir retrospectivamente uma outra série sob a primeira" (idem, p. 52)".

Sobre a violência não faz uso de recursos imagéticos para reconstruir a realidade para o leitor, embora deixe explícito o termo "violência". Com isso, podemos pensar que o texto jornalístico carrega um conteúdo forte de caráter informativo, deixando de lado um aliado da memória – a imagem.

Esse texto de Espíndola narra acontecimentos, caracterizados como violentos, do dia-a-dia dos indígenas na aldeia de Dourados. O enunciado conta fatos que aproximam o discurso da realidade atual do não índio- o da violência de outras zonas urbanas, em que se tornou perigoso sair à noite pelas ruas - com a realidade indígena. Os jovens indígenas saem em bandos à noite,

pela estrada que liga a aldeia a Dourados, local onde brigam e praticam assaltos.

No artigo *Falta de Cuidado*, com o recurso de imagens – mesas, cadeiras, mostrando um lugar vazio – deparamos com uma

Falta de cuidado

Representantes de escolas da Reserva procuram a reportagem do Jornal AJIndo para denunciar falta de estrutura



Nilcimar Morales

A Escola Municipal Indígena *Lacui Roque Isnard*, localizada na Aldeia Bororó, na Reserva Indígena de Dourados, não vem sendo atendida pela Secretaria de Educação de Dourados, de acordo com o coordenador Izaque de Souza. Ele conta que fez pedido para a Secretaria reformar o campo de futebol e nada foi feito. O campo está coberto de mato, então as aulas de educação física têm de ser feitas em um gramado improvisado, atrás da escola.

Aproximadamente 80 alunos estão matriculados na *Escola Lacui* e eles reclamam por não ter um bom campo para jogar futebol. As crianças também não têm bola para a educação física e precisam improvisar a bola

Procurada pela reportagem do Jornal AJIndo, Marlene Vasconcelos, secretária de Educação de Dourados, disse que as melhoras para o campo da Escola Lacui estavam sendo providenciadas, mas, até o fechamento dessa edição, representantes da escola informaram que o conserto no campo de futebol foi feito pela Prefeitura de Itaporã, que estava fazendo reparos na estrada e acabou limpando o campo.

Marlene Vasconcelos informou também que todas as escolas municipais receberam kits esportivos no começo do ano, com bolas, redes e outros equipamentos para esporte. A informação foi confirmada pelo coordenador da *Escola Lacui*, mas o kit não foi suficiente.

ESCOLA RAMÃO MARTINS

Outra reclamação veio da Escola Ramão Martins, na Aldeia Jaguapiru, que tem 310 alunos matriculados. A escola começou a funcionar este ano e tem uma sala preparada para receber computadores, mas os equipamentos nunca chegaram.

De acordo com a secretária de educação de Dourados, os computadores serão entregues ainda este ano. A demora se deve aos processos burocráticos de licitação, segun-

Figura 01-Reportagem Falta de cuidado

prática discursiva diferente acerca da violência. O artigo informa a falta de estrutura na escola indígena. Estruturas – computadores, impressoras, mobiliários, papéis, entre outros – discursivizadas por sujeitos que "atingem segmentos da população cuja capacidade de reivindicação é nula, o que facilita em muito esse desdém governamental" (ODALIA, 2006, p. 39). No Brasil, é comum encontrarmos textos tratando do descaso com que alguns "governantes" lidam com a distribuição de "recursos financeiros" para a manutenção, estruturação e construção de instituições de ensino. Esse ponto de vista, de certo modo, parece funcionar como um catalisador para produção de textos, tal qual o assinado por Nilcimar Morales.

Diferentemente de *Sobre a Violência,* no artigo de Morales encontramos outra forma de dizer a violência. Não mais uma violência física, psicológica, e sim uma violência política, econômica, que não deixa de ser constitutiva de uma violência psicológica. A respeito desse posicionamento, Odalia afirma:

> O problema da educação brasileira não está apenas no fato de ela não atender uma parte significativa da população – o mais grave é que os que por ela são atendidos são mal atendidos. [...] Uma educação precária, dada em condições precárias. [...] Se as condições do ensino, nas grandes cidades, são precárias, no interior do Brasil, chegam a ser dramáticas. (ODALIA, 2006, p. 42).

Pensamos que a violência pode ser relacionada a outros termos: segurança – noite – assalto – família – briga – medo – escola – etc, ou seja, a violência funcionando de diferentes formas em uma sociedade, neste caso, na sociedade indígena de Dourados - MS.

No artigo *Sobre a violência*, então, podemos relacionar a violência ao medo, à noite, a insegurança, ao assalto, às agressões físicas, à família, aos jovens, entre outros termos. Logo, no artigo *Falta de Cuidado*, violência está também ligada à escola, à família, aos professores, aos alunos, aos governantes, à falta de materiais didáticos, de móveis, etc. A percepção desse imbricamento só é possível quando mobilizamos a história e a memória. Vejamos:

> "Memória e História: longe de serem sinônimos... tudo as opõe. A memória é a vida... ela está em evolução

> permanente, aberta à dialética da lembrança e da amnésia, inconsciente de suas deformações sucessivas... suscetível a longas latências e repentinas revitalizações. A história é uma representação sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A história é uma representação do passado... A memória se enraíza no espaço, no gesto, na imagem, e no objeto. A história se apega tão somente às continuidades temporais". (INDURSKY, 2011, p. 67).

A memória possibilita acionarmos sentidos pela falta, articulando-os por meio da materialidade com a qual deparamos, sendo que a história seria a confirmação do memorável. Isto é, por meio de paráfrases[8] e remissões, mobilizamos sentidos para nossa interpretação. Deduzimos as seguintes paráfrases dos destaques dos dois artigos: o índio está em perigo; indígenas sofrem agressões; perigo na aldeia; escolas indígenas sem estruturas; alunos sem materiais didáticos. Essas paráfrases só são possíveis por conta da história e da memória, que servem ao analista, e não ao texto e/ou enunciado. É resgatando/mobilizando uma memória e uma história que ele, o analista, constrói os sentidos possíveis de um discurso, ou seja, falar sobre a violência faz com que sejam movimentadas redes de sentidos. Ao falarmos em memória, ela é "entendida não no sentido diretamente psicologista da "memória individual", mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída pelo historiador" (PÊCHEUX, 2010, p. 50).

No artigo *A violência nas escolas*[9] há a presença de um constante jogo ideológico. Ele é formado por diferentes FD's[10] materializadas em uma complexa construção discursiva.

Tânia Porto, o sujeito jornalístico da reportagem, narra fatos ocorridos em escolas da Reserva Indígena de Dourados, em

[8] "A paráfrase é uma relação de equivalência entre dois enunciados, um deles podendo ser ou não a reformulação do outro. A equivalência se exprime em termos de co-referência, e mesmo de anáfora. [...] De uma maneira geral, a paráfrase exige uma continuidade semântica entre os dados que ela aproxima. Por mais óbvia que seja a ligação, sua presença é necessária para a manutenção da relação. A noção de paráfrase está indiretamente na origem da noção de paradigmas designacionais. Assim, como a reformulação, a paráfrase é o vetor pelo qual se marca a heterogeneidade no discurso, seja ela mostrada ou constitutiva". (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 366).

[9] PORTO, Tânia. A violência nas escolas. *JORNAL AJINDO*, Dourados-MS, n. 17, p. 09, set/out. 2009. Disponível em: <http://www.jovensindigenas.org.br/jornal-ajindo/17-edicao>. Acesso em: 10 jun. 2010.

[10] A noção de formação discursiva, ainda que polêmica, é básica na Análise do Discurso, pois permite compreender o processo de produção dos sentidos, a sua relação com a ideologia e também dá ao analista a possibilidade de estabelecer regularidade no funcionamento do discurso (ORLANDI, 2009, p. 43).

que discursos da instituição "Escola", da "família" e dos "jovens" estabelecem uma relação de poder e resistência com a verdade construída no artigo, isto é, caracteriza o encontro de vozes que, juntas, possibilitaram a construção do discurso da violência na escola indígena.

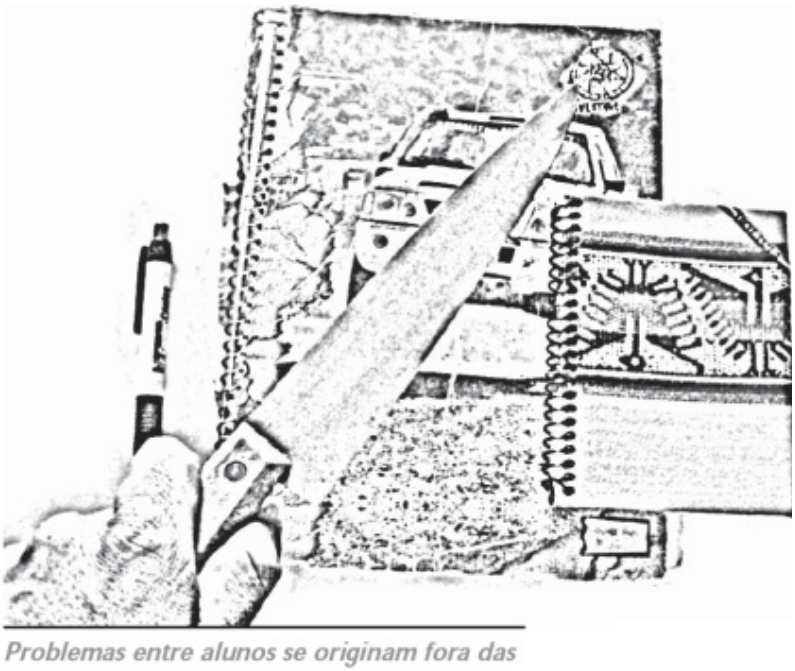

Figura 02- ilustração do artigo *A violência nas escolas*

As vozes, além de provocar conflito entre diferentes discursos, podem marcar a produção de processos discursivos na materialidade linguística. Para Navarro-Barbosa, "na produção jornalística é possível postular a materialização de processos discursivos que cruzam estrutura e acontecimento, bem como a manifestação de uma subjetividade que se dispersa nas diferentes posições de sujeito, que ora narra, ora descreve, ora julga" (2004, p. 83).

A partir disso, percebemos, em primeiro plano, o discurso da violência física. Porto conta que na Aldeia Jaguapiru, em agosto de 2009, uma adolescente indígena esfaqueou outra em frente à escola Tengatuí Marangatu. O coordenador da escola, Elias Moreira, ao ser entrevistado por Porto, relaciona o fato a

questões familiares, ou seja, problemas sociais relacionados à família e à convivência entre pais e filhos resultam em violência física entre jovens na escola. Ele complementa: "muitas vezes os pais não dão carinho para os filhos, não conversam para saber o que eles estão sentindo, o que ele têm [...] (PORTO, 2009, p. 09)". De encontro ao discurso da Escola, Porto traz vozes de sete jovens, entre 15 e 17 anos, posicionados, discursivamente, enunciando que a violência resulta da falta de educação e pedem mais atividades para que não se repita o incidente de agosto. A violência na escola, para os jovens, está relacionada a uma insatisfação com a educação curricular (esperam melhoria no currículo escolar: aulas de dança, modalidades esportivas variadas) e estrutural (faltam computadores, quadra esportiva), e não à relação de pais e filhos em casa.

Nesta relação de poder e resistência entre o discurso da escola e o dos jovens, desenha-se o da família. O discurso da instituição família não está materializado na reportagem, não há um locutor presente, embora esteja, ideologicamente, marcado no discurso da escola. Porto não entrevista pais de alunos envolvidos, tampouco pessoas inseridas no mesmo contexto social familiar: irmãos, vizinhos, tios, funcionários da escola, professores, entre outros que direta ou indiretamente participam da prática social e discursiva do discurso da família, ou seja, não há falas de personagens da família, porém seu discurso faz parte integrante de uma rede discursiva retomada por pré-construídos e interdiscursos.

Podemos pensar, assim, o discurso da família integrado a diferentes relações sociais e políticas entre sujeitos. Não há, por isso, como separar o discurso da escola e o da família, e sim refletirmos que o discurso escolar é permeado pelo discurso da família e vice-versa, ou melhor, são discursos diferentes e não opostos. O discurso da escola e o da família representam FD's em constante luta, construídas por diferentes discursos. Não há, por isso, como isolá-lo, pois não existe um discurso puro. Do mesmo modo, não podemos dizer que só há a ideologia da "classe dominante" ou que exista um "poder supremo". Ao contrário, pensamos que eles são práticas discursivas construídas ao longo da história social e cultural do homem em constante relação de contradição.

Com isso, vemos desenhar-se uma tensão entre o discurso da escola, dos jovens e o da família, presentes não só na materialidade discursiva (locutores posicionados discursivamente a partir do fato vivenciado), como em imagem fotográfica, a qual não tem um caráter assessório, mas sim constitutivo. A fotografia constitui um conjunto de elementos materiais da produção de sentidos, é um dos recursos de que a mídia impressa dispõe para impressionar o leitor e confirmar a veracidade dos fatos. Segundo Foucault (2007, p. 34), "tanto em um como no outro sentido, a verdade será sempre usada como forma de controlar e regular a sociedade" (nesse caso, a opinião dos leitores do jornal *AJIndo*).

A foto da faca sobre o caderno (figura 03) traz, em primeiro plano, a contradição entre violência e escola, ou seja, uma incongruência semântico-discursiva. Essa produção de sentido só foi possível porque consideramos a ordem pela qual os elementos, faca e caderno, se apresentam no enunciado imagético em conjunto com a materialidade linguística. Se a faca estivesse embaixo do caderno, seria produzido um novo sentido na imagem. Se pensarmos, ao longo da história social e política do homem ocidental, depreendemos claramente os sentidos que produzem os elementos que constituem o enunciado imagético. O caderno simboliza a educação, a busca pelo saber e melhores condições de vida para o indivíduo., um saber-poder que o subjetiva, torna-o sujeito de direitos pertencentes ao lado considerado "certo" da linha. Em contrapartida, a faca, o objeto usado pelo homem tanto para defender-se quanto para atacar, considerada "arma branca" pela ideologia ocidental, simboliza a masculinidade, a vingança, a violência, o medo, ou seja, na foto ela representa a prática da violência entre jovens em escolas da Reserva, os quais se colocam, por isso, do lado "errado".

Percebemos, assim, que o discurso do artigo *A violência nas escolas* difere do discurso da ideologia ocidental, isto é, há discrepância entre aquilo que se vê e aquilo que se diz (SANTOS, 2003). O discurso construído por Porto, a partir de diferentes vozes que percorrem a materialidade linguística e imagética, define-se de modo diferente. Nele, a escola tornou-se um lugar violento, de práticas de violência, não um lugar de oportunidades, ou seja, o passaporte para pertencer ao lado "certo" da linha

e não ao outro. "Para além dela [deste lado da linha] há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não-dialética" (SANTOS, 2008, p. 04).

Percebemos, na notícia *O que será do futuro* [11], uma relação direta de sentido com a reportagem[12] *A violência nas escolas*.

Nilcimar Morales resume a situação da comunidade indígena na Reserva de Dourados como preocupante. Ela diz que a grande inquietação da população é de que a reserva se transforme num celeiro do crime.

Para isso, cita indicadores para confirmar sua fala: o aumento da população indígena sobrevivendo em pequenos espaços de terra; ponto de vista de antropólogos baseados em teoria dos anos cinquenta, que relacionam a situação vivida pelos indígenas à falta de terras, perda da cultura indígena; Governo Federal e Funai aliados às teorias dos antropólogos. A autora ainda acrescenta que "o problema não é só falta de terra, mas também a dificuldade de se reconhecer a nova categoria entre os povos indígenas: os jovens" (MORALES, 2009, p. 02).

> "[...] A cultura [indígena] tem sido o tema central das discussões antropológicas no último século, embora os próprios antropólogos ainda não tenham chegado a um consenso a respeito do termo. Grosso modo, podem-se distinguir duas grandes abordagens em Antropologia que procuraram obter uma precisão conceitual mais apurada: as teorias que consideram a cultura como um sistema adaptativo e as teorias idealistas da cultura (cultura como sistemas cognitivo, estrutural e simbólico). Uma das grandes contribuições da Antropologia no século XX, sem dúvida, foi o desenvolvimento acerca da noção de padrões culturais". (LACERDA; SILVA, 2006, p. 02).

Percebemos, na materialidade linguística, marcas do discurso Ocidental, enunciado por um indígena, na seguinte passagem: "[...] as coisas mudaram. O mundo moderno, as necessidades econômicas, a tecnologia provocaram grandes mudanças nas

[11] MORALES, Nilcimar. O que será do futuro. *JORNAL AJINDO*, Dourados-MS, n.18, p. 02, nov./dez. 2009. Disponível em: <http://www.jovensindigenas.org.br/jornal-ajindo/18-edicao>. Acesso em: 10 jun. 2010.

[12] Refletimos acerca da definição de Navarro- Barbosa (2004, p. 89) para definirmos notícia e reportagem. Para o autor, "[...] notícia é o resumo informativo para a descrição jornalística de um acontecimento cujo limite é ele mesmo. Já a reportagem define-se como o relato jornalístico expandido. Forma e conteúdo conjugam-se, agora, desvendando contextos de situações, falas, fatos [...] que alteram, definem, explicam ou questionam a realidade".

comunidades indígenas [...]¨ (MORALES, 2009, p. 02). Uma dessas mudanças é a valorização, é a preocupação com os jovens: prática discursiva, até então, do não índio. A categoria "jovem" não fazia parte da prática social, histórica e cultural do indígena. As etapas de vida do indígena se definiam em ser criança e adulto, diferentes das do não-índio.

Retomemos, então, a relação direta de sentido entre a reportagem *A violência nas escolas* (Figura 03) e a notícia *O que será do futuro*. Nos dois artigos, existe a constante preocupação em pertencer ao lado "certo" da linha e não ao outro. A prática discursiva dos textos assinala a prática da violência na Reserva como constitutiva do contexto social do sujeito índio, reflexo da forma como o grupo dominante (no caso o não índio) trata as assimetrias culturais e da forma como o grupo dominado as percebe a partir de uma perspectiva de inferioridade. Isso posto, a materialidade linguística permite-nos construir sentidos outros que nos fazem pensar que há desdobramentos de violência funcionando: violência social ('perda da nossa cultura'), física ('uma adolescente esfaqueou outra'), psicológica (sentimento de inferioridade), cognitiva (o próprio índio acredita que ele é inferior e incapaz).



Figura 03- ilustração da Reportagem Depois da agressão...

Essa reflexão se confirma no artigo "Depois da Agressão"[13], reportagem produzida pelo sujeito jornalístico Jaqueline Gonçalves. Não mais uma violência que atinge, especialmente, os jovens, e sim a toda população indígena da Reserva.

Gonçalves relata a realidade de vítimas da violência física na Re-

[13] GONÇALVES, Jaqueline. Depois da agressão... *JORNAL AJINDO,* Dourados-MS, n. 18, p. 03, nov./dez. 2009. Disponível em: <http://www.jovensindigenas.org.br/jornal-ajindo/18-edicao>. Acesso em: 10 jun. 2010.

serva e diz que o número de indígenas agredidos por facões, em casas e estradas, preocupa a população.

O sujeito jornalístico, ora posicionado discursivamente como indígena e ora como não-indígena, diz que as vítimas da violência tornam-se pessoas inválidas, isto é, não podem trabalhar e dependem dos familiares para sobreviver e (con)viver socialmente. Ou seja, "sequelas da violência que o indígena vai carregar para sempre" (GONÇALVES, 2009, p. 03).

Para materializar o discurso da violência, Gonçalves coloca, junto à materialidade linguística, a imagem de uma cadeira de rodas, a qual confirma a violência entre opressor e oprimido, que por sua vez é reflexo da violência social: falta de segurança nas estradas. A foto da cadeira de rodas, objeto real, permite uma aproximação do oculto com a realidade construída, isto é, inscreve-se na FD do medo, da insegurança e da impunidade.

Do mesmo modo que há o uso da foto da cadeira de rodas (Figura-03), há no artigo *Uma ponta de esperança pelo fim da violência*[14] (Figura-04), assinado pelo mesmo sujeito jornalístico, o uso de uma imagem fotográfica (manipulada infograficamente) , como representação da prática da violência.



Figura 04- ilustração do artigo *Uma ponta de esperança pelo fim da violência*

[14] GONÇALVES, Jaqueline. Uma ponta de esperança pelo fim da violência. *JORNAL AJINDO*, Dourados-MS, n. 19, p. 09, jan./fev. 2010. Disponível em: <http://www.jovensindigenas.org.br/jornal-ajindo/19-edicao>. Acesso em: 10 jun. 2010.

Neste registro, é enunciado um olhar inominado, ou seja, parte de um rosto humano não identificável, não há como identificar e/ou classificar o indivíduo dono deste olhar, sua identidade, a que posição-sujeito pertence.

O que refletimos, enquanto analistas do discurso, ao depararmos com a imagem, em especial, como ela se apresenta ao leitor, é que "[...] não é simplesmente a imagem da pessoa, mas o lugar discursivo e disciplinar de onde as questões de identidade são estratégica e institucionalmente colocadas" (BHABHA, 1998, p. 81).

Ao constituirmos um lugar discursivo desse sujeito, até então, inominado, por meio de ícones que compõem a imagem: a cor preta de fundo, ao redor dos olhos, difusa ao longo da imagem, formando, no lado esquerdo, uma lágrima derramada, delineia, com traços pesados, parte de um rosto. Uma pintura que limita nossa atribuição de sentidos, especialmente porque lança mão do oculto, inominado, para instaurar-se na FD das vítimas da violência na Reserva Indígena de Dourados, ainda que a imagem não permita uma identificação precisa desse sujeito.

Podemos pensar que a "noção tão apregoada da mídia de que a imagem retratada existe para mostrar-nos a realidade que não podemos ver" (SILVA; RAMÃO, 2009, p. 121) confirma-se, em parte, nesta imagem. Ao lermos a imagem junto ao contexto sócio-histórico em que foi produzida, é possível interpretar o efeito de sentido do medo, do invisível, da agressão, ou seja, da violência funcionando por meio de diferentes práticas discursivas na Reserva. Com isso, o discurso da violência apresenta-se na linguagem imagética como o *não-dito*, possibilitando-nos construir sentidos em sua opacidade, isto é, reconhecer um sujeito discursivo pelo equívoco da língua.

Outro exemplo da prática discursiva da violência pode ser vista no artigo *Terra é vida?*[15]

O artigo intitulado *Terra é vida?*, assinado pelo sujeito jornalístico Kenedy Moraes, noticia conflitos entre índio (Guarani-Kaiowá, sul-mato-grossense) e não-índio, reflexo da constante luta dos indígenas por suas terras. Sabemos, por meio da história

[15] MORAES, Kenedy. Terra é vida?. *JORNAL AJINDO*, Dourados-MS, n. 19, p. 09, jan./fev. 2010. Disponível em: <http://www.jovensindigenas.org.br/jornal-ajindo/19-edicao>. Acesso em: 10 jun. 2010.

e da memória, que "terra" é sinônimo de vida para o sujeito índio. Mas, na materialidade linguística, o uso do verbo "ser" no presente do indicativo, juntamente, com a construção de uma oração interrogativa, a qual convoca o interlocutor a refletir o hoje, o agora, isto é, posicionar-se ideologicamente, o sentido da palavra terra se desloca: terra era sinônimo de "vida", agora ela significa "morte, medo, injustiça" para os indígenas do Estado.

A língua permite, ao analista, um primeiro contato com a prática discursiva da violência, ou seja, o discurso da violência funcionando pelo equívoco e deslizes da língua, rompendo com a ideia de que os sentidos estão sempre lá junto à materialidade.

No decorrer do artigo o locutor se posiciona como um enunciador indígena, sujeito etnicamente social, incluído na população indígena, um "nós", que narra fatos violentos envolvendo índios no Estado, como no seguinte excerto: "vamos relembrar conflitos que envolveram a luta do povo Guarani-Kaiowá em Mato Grosso do Sul" (MORAES, 2010, p. 09). O enunciador indígena constrói o discurso de poder e resistência ao noticiar que "em novembro de 2007 foi assinado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), firmado entre o Ministério da Justiça, Ministério Público Federal, Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e lideranças indígenas para delimitar e demarcar 36 terras indígenas até 2010" (MORAES, 2010, p. 09), o qual não foi cumprido. Para confirmar sua posição discursiva, o sujeito jornalístico utiliza recursos imagéticos para comprovar o discurso de resistência (Figura-05) ao discurso da lógica ocidental.



Figura 05- Foto/Artigo *Terra é vida?*

A foto em preto e branco, arquivo AJI, materialidade discursiva imagética, registra o manifesto de indígenas pelas ruas de Dourados que pedem "Justiça e demarcação JÁ", enunciado escrito em uma das faixas, possibilitando-nos sua identificação em primeiro plano. A manifestação dos indígenas caracteriza a prática social da resistência. Ao observarmos a cena, temos, em segundo plano, sujeitos indígenas, jovens, crianças e adultos, formando grupos pequenos e dispersos uns dos outros. Possivelmente, a cena caracteriza sujeitos pertencentes a uma determinada prática ideológica, no entanto ela é composta por diferentes FD's (jovens, pais, lideranças indígenas, professores, alunos, etc.) em constante luta.

Identificamos, acerca desta observação, indivíduos ideologicamente interpelados em sujeitos indígenas, os quais reivindicam justiça e demarcação de terra "JÁ". O advérbio de tempo escrito, no final da frase, em maiúsculas, na faixa - a qual linguisticamente determina o sentido de um tempo presente e imediato-, discursivamente representa a insatisfação dos indígenas com a demora na demarcação e com o que essa prática discursiva vem causando à população, ou seja, em mortes de indígenas no Estado. Pensada a partir do contexto sócio-histórico e político em que a palavra terra é produzida, a produção de sentido de que "terra" é vida deslocou-se para o de morte, "provocando desestabilização nos processos de regularização e formulação dos sentidos cristalizados" (INDURSKY, 2011, p. 76).

Com isso, a prática discursiva da terra caracteriza a violência política no artigo (Figura- 05). "A violência política passa a ser compreendida e utilizada como instrumento de luta e um meio eficaz de combater a injustiça social, possibilitando, ao mesmo tempo, a ascensão ao poder [...]" (ODÁLIA, 2006, p. 49-50). São ainda palavras da autora:

> "É preciso, contudo, desde logo, dizer que por violência política não se deve compreender tão somente a ação terrorista, de direita ou de esquerda, cujas atividades são abundantemente divulgadas, ou cuidadosamente escamoteadas. A violência política assume formas as mais diversas em uma sociedade [...]" (ODÁLIA, 2006, p. 47).

Mesmo que o objetivo do sujeito-jornalístico fosse construir apenas um sentido para o discurso da terra, a fim de naturalizá-lo a seu interlocutor por meio da materialidade linguística e imagética, conseguimos atribuir sentidos outros a partir do que não é dito, ou seja, a prática da violência física – mortes de indígenas no Estado – resultante da prática da violência política – distribuição desigual de terra. A análise das materialidades permitiu-nos desconstruir o discurso da terra em diferentes FD's: jovens, pais, caciques, administração, FUNAI, TAC, Ministério Público, Ministério da Justiça, entre outras, constituindo a relação índio e não-índio por meio do funcionamento da violência física e política. Segundo Odália, "o ato rotineiro e contumaz da desigualdade, das diferenças entre os homens, permitindo que alguns usufruam à sociedade o que à grande maioria é negado, é uma violência" (2006, p. 29).

Por fim, procuramos enfatizar, em nosso artigo, o discurso como algo necessário, indispensável para o indivíduo definir-se enquanto sujeito social, étnico, histórico; por isso assumimos, ao longo das materialidades analisadas, a posição de "problematizar" e não "analisar" nosso objeto de estudo, o discurso.

Considerando o exposto, não pretendemos acerca destas considerações/problematizações esgotar nossas interpretações, e sim que elas sejam passíveis de se tornarem objeto de estudos futuros. Somos conscientes, ou pensamos ser, de que a reflexão, por nós proposta neste artigo, caracteriza-se como uma forma, de muitas possíveis, de interpretação do objeto de estudo – o funcionamento do discurso da violência no jornal *AJIndo*. Afinal, não podemos esquecer o que disse Pêcheux (2008): "o discurso é efeito de sentido entre interlocutores" em uma cadeia infinita.

Portanto, para encerrarmos nosso exercício de análise, pensamos que há diferentes práticas discursivas que tratam da violência nos meios de comunicação, eletrônico, radiofônico, televisivo e impresso, se fazem lugares de grande circulação de sentidos dessas práticas de que a palavra violência ressoa. Desta feita, as problematizações feitas por meio da materialidade da linguagem nos textos analisados servem para pensamos a multiplicidade de sentidos possíveis que podemos relacionar à violência discursivisada no jornal *AJIndo*, isto é, relacionar as várias faces do discurso

da/sobre a violência em nosso trabalho em que o discurso se faz enquanto prática social.

Acculturation and symbolic des-subjectivity: the discourse of violence in the indigenous periodical AJIndo, of Dourados-MS

Abstract: This article analyzes the discourse of violence in AJIndo Periodical, first newspaper written by indians of Dourados, MS. The theoretical apparatus comprises studies of French Discourse Analysis (PÊCHEUX, 1969), that support the analysis of discursive practices contained in the online editions (16th to 19th) jornal. As a result, we will try to understand the conditions of production, social, historical and ideological contextand the functioning of discourse about the "violence" in the publication.

Keywords: Discourse. Violence. French Discourse Analysis.

Referências

BRECHT, Bertolt. *Poemas 1913-1956*. Tradução de Paulo Cesar Souza. 5. ed. São Paulo: Editora 34, 2003. Disponível em: <http://bbrechtpoesiateatroevida.blogspot.com.br>. Acesso em: 22 mar. 2013.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura.* Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso.* 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso.* Coordenação da tradução Fabiana

Komesu. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

ESPÍNDOLA, Rosivânia. Sobre a violência. *JORNAL AJINDO*, Dourados-MS, n. 16, p. 10, maio/jun. 2009. Disponível em: <http://www.jovensindigenas.org.br/jornal-ajindo/16-edicao>. Acesso em: 10 jun. 2010.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso:* aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. *A arqueologia do saber.* 7. ed. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

GÓIS, Marcos Lúcio de Sousa. A língua portuguesa em contexto de fronteiras: reflexões discursivas e pós-coloniais. In: MARÇALO, M. J. et al. (Eds.). *Estudo e ensino de língua portuguesa:* interface entre língua x literatura e cultura de diferentes povos. [S.l.: s.n.], 2009. Disponível em: <www.simelp2009.uevora.pt/pdf/slg13/03.pdf>. Acesso em: 29 maio 2012.

GONÇALVES, Jaqueline. Depois da agressão... *JORNAL* AJINDO, Dourados-MS, n. 18, p. 03, nov./dez. 2009. Disponível em: <http://www.jovensindigenas.org.br/jornal-ajindo/18-edicao>. Acesso em: 10 jun. 2010.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso:* diálogos e duelos. 3. ed. São Carlos, SP: Editora Clara Luz, 2007.

INDURSKY, Freda. A análise do discurso e sua inserção no campo das ciências da linguagem. In: FERREIRA, Maria Cristina Leandro; INDURSKY, Freda (Orgs.). A*nálise do Discurso no Brasil:* mapeando conceitos, confrontando limites. São Paulo: Claraluz, 2007.

_____. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, Fre-

da; FERREIRA, Maria Cristina Leandro; MITTMANN, Solange (Orgs.). *Memória e História Na/Da Análise do Discurso.* Campinas: Mercado das Letras, 2011, p. 67-89.

LACERDA, Léia Teixeira; SILVA, Giovani José da. Educação, Cultura e Tradição: Contribuições Teóricas ao Debate Sobre Educação Escolar Indígena em Mato Grosso Do Sul, Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL: FRONTEIRAS ÉTNICO-CULTURAIS E FRONTEIRAS DA EXCLUSÃO. 2., 2006, Campo Grande, MS. *Anais...* Campo Grande, MS: UCDB, 2006. Disponível em: <http://www.neppi.org/eventos.php > . Acesso em: 22 de mar. 2013.

MORAES, Kenedy. Terra é vida?. *JORNAL* AJINDO, Dourados-MS, n. 19, jan./fev. 2010. Disponível em: <http://www.jovensindigenas.org.br/jornal-ajindo/19-edicao>. Acesso em: 10 jun. 2010.

MORALES, Nilcimar. Falta de cuidado. *JORNAL* AJINDO, Dourados-MS, n. 17, p. 06, set./out. 2009. Disponível em: <http://www.jovensindigenas.org.br/jornal-ajindo/17-edicao>. Acesso em: 10 jun. 2010.

NAVARRO-BARBOSA, P. *Navegar foi preciso? O discurso do jornalismo impresso sobre 500 anos do Brasil.* 2004. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Programa de Pós-Graduação de Letras Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP. Araraquara, 2004.

ODALIA, Nilo. *O que é violência.* São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção Primeiros Passos: 85).

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso:* princípios e procedimentos. 8. ed. Campinas, SP: Pontes, 2009.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

_____. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. *Papel da memória*. Tradução de José Horta Nunes. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2010.

PORTO, Tânia. A violência nas escolas. *JORNAL AJINDO*, Dourados-MS, n. 17, p. 09, set./out. 2009. Disponível em: http://www.jovensindigenas.org.br/jornal-ajindo/17-edicao>. Acesso em: 10 jun. 2010.

POSSENTI, Sírio. N*otas sobre o linguístico e o sentido.* In: ENCONTRO CELSUL - CÍRCULO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS DO SUL, 6., 2004, Florianópolis, SC. *Anais...* Florianópolis, SC: UFSC. Disponível em: <www.celsul.org.br/Encontros/06/Mesas%20Redondas/02.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2012.

ROCHA, Antonio Olinto da. *Minidicionário Antonio Olinto da Língua Portuguesa.* 3. ed. São Paulo: Moderna, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In. SANTOS, B. S. (Org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente*: um discurso sobre as ciências revisitado. Porto: Afrontamento, 2003. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/sociologia_das_ausencias.pdf. Acesso em 2003>. Acesso em: 15 fev. 2011.

_____. Para além do pensamento abissal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 78, p. 3-46, out. 2007. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/Para_alem_do_pensamento_abissal_RCCS78.PDF>. Acesso em: 15 fev. 2011.

SILVA, Jonathan Raphael Bertassi da.; RAMÃO, Maria Sousa. Análise discursiva das legendas e fotografias do jornal Brasil de fato. *Significação*, n. 31, p. 111-127, 2009.